

2175-0157

EDIÇÃO: V. 35, N. 63

Editorial

Odisséia Aparecida Paludo Fontana

Thaís Cristina Alves Costa

Daniele Paula Gava

Apresentação dossiê “Migrações: Fluxos, Desafios e Perspectivas”

O Dossiê temático: “Migrações: Fluxos, Desafios e Perspectivas”, lançado no âmbito do Seminário de Imigração da UNOCHAPECÓ, é uma iniciativa do Projeto de Extensão UNOMIGRAÇÕES. Com reflexões sobre o contexto migratório, a obra vai além da imigração internacional e amplia o olhar para as migrações internas no Brasil, destacando os deslocamentos rurais-urbanos, os fluxos regionais e as desigualdades socioeconômicas que impulsionam essas jornadas.

O Dossiê reflete o compromisso do Projeto UNOMIGRAÇÕES e da UNOCHAPECÓ com a valorização da diversidade cultural, inspirando ações que transcendem o acolhimento imediato. Entre essas ações, destacam-se o desenvolvimento de iniciativas inclusivas e o combate ao preconceito. A migração é apresentada como um fenômeno dinâmico e multifacetado, sendo a mobilidade humana entendida não como uma ameaça, mas como uma rica oportunidade de transformação coletiva.

Essa publicação surge como um verdadeiro catalisador de ações transformadoras, convidando a sociedade local e regional a construir pontes de solidariedade, ecoando o lema do projeto: “Acolher para Integrar”. Essa edição v. 35, n. 63 da *Revista Grifos* da Unochapecó contempla um conjunto de 10 artigos científicos que englobam, validam e legitimam o emprego de uma série de métodos, conceitos e teorias interdisciplinares que qualificam o cenário dos estudos sobre migração.

Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó
10.22295/grifos.v34i62.8294| Ed. Vol. 35, N. 63, 2025.



This is an open access article published under the Creative Commons Attribution license, which permits use, distribution, and reproduction in any medium, without restrictions, provided the original work is properly cited.

O artigo que abre esta edição da Revista Grifos intitula-se “O Princípio do Non-Refoulement e a Corte Interamericana de Direitos Humanos”, de Marcos Vinícius Viana da Silva, Rafaela Silveira e Matheus Ricardo Pereira do Canto, analisa o caso Família Pacheco Tineo v. Estado Plurinacional da Bolívia, com o objetivo de examinar as condutas estatais à luz das normas internacionais de proteção a migrantes e refugiados. A problemática central é orientada por duas questões: (i) quais foram os fundamentos jurídicos principais da demanda proposta contra o Estado boliviano? e (ii) em que medida as condutas adotadas revelam práticas de controle migratório incompatíveis com convenções internacionais? A abordagem teórico-conceitual parte do diálogo entre a proteção internacional dos direitos humanos e a soberania estatal, com ênfase no princípio do non-refoulement. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, baseada na análise sistemática de literatura acadêmica, documentos oficiais, jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos e outras fontes especializadas. Os resultados evidenciam que o Estado boliviano violou garantias processuais, o princípio da não devolução e direitos fundamentais de migrantes e crianças, resultando em sua condenação pela Corte Interamericana. O estudo conclui que as normas internacionais sobre migração e refúgio foram concebidas simultaneamente como instrumentos de proteção de direitos e de preservação da soberania estatal.

O segundo artigo deste dossier, “Trajetórias Migrantes, Trajetórias Sociais: Diálogos com Bourdieu e Sayad”, de Leonardo Rafael Santos Leitão e Vicente Neves da Silva Ribeiro, investiga a articulação teórico-conceitual entre a sociologia de Pierre Bourdieu e as contribuições de Abdelmalek Sayad para a análise das trajetórias migratórias. Mobilizando noções bourdieusianas como habitus, campo, capital, trajetória e violência simbólica, em diálogo com os conceitos sayadianos de dupla ausência, pensamento de Estado e a migração como fato social total, o artigo examina como as experiências de deslocamento são atravessadas por processos de (des)classificação social, estratégias de navegação e resistência, além das marcas subjetivas e corporais da dominação. A análise é contextualizada pelo reconhecimento dos legados históricos que estruturam as assimetrias globais e condicionam as possibilidades de mobilidade.

O artigo “Gênero, Migração e Inserção Laboral de Venezuelano(a)s no Âmbito da ‘Operação Acolhida’”, de Guélmer Júnior Almeida de Faria, investiga a inserção de migrantes venezuelanos/as no Brasil no contexto do programa de interiorização da “Operação Acolhida”. Com base em dados secundários de duas pesquisas interinstitucionais, o estudo adota uma abordagem qualitativa e exploratória, que inclui análise bibliográfica e documental. Os resultados apontam para a existência de preferências por determinados grupos-alvo, o que influencia as políticas de inclusão e integração



no mercado de trabalho, especialmente quando considerado o recorte de gênero. O artigo destaca a necessidade de incorporar a dimensão de gênero na formulação de políticas públicas voltadas à população venezuelana, de modo a proteger os direitos de grupos vulneráveis, como as mulheres. Conclui-se que a “Operação Acolhida” reproduz divisões de gênero nas ocupações laborais, reforçando estereótipos, perpetuando desigualdades e resultando em situações de exploração, opressão e dominação.

O texto “Migração na Era da Globalização: Liberdade e Cidadania”, de autoria de José Alberto Antunes de Miranda e Leandro Flores, examina a liberdade de migrar como um direito humano fundamental que, embora tenha avançado historicamente, ainda encontra limitações decorrentes de concepções tradicionais de cidadania, frequentemente excludentes. A globalização é analisada sob diferentes perspectivas, evidenciando tanto seu potencial inclusivo quanto suas dimensões discriminatórias, que mantêm a exclusão de migrantes. Nesse contexto, o conceito de cidadania global surge como uma proposta de inclusão que ultrapassa as fronteiras nacionais, mas que enfrenta resistências em razão de políticas estatais centradas na segurança e na soberania. O artigo conclui que, para que os direitos dos migrantes sejam efetivamente reconhecidos e respeitados, é indispensável um compromisso real dos Estados na implementação de políticas que assegurem dignidade e proteção aos direitos humanos, superando a lógica capitalista que frequentemente marginaliza esses sujeitos.

No artigo “A Saúde Mental e o Sofrimento Social dos Imigrantes Internacionais”, Junir Antônio Lutinski, Kallynka Gabrielly Bandeira, Livia Gobbi, Eduarda Caroline Cerioli Martinello e Suelen Mass analisam como a imigração internacional, especialmente quando forçada e em condições de extrema vulnerabilidade, impacta a saúde mental das populações em trânsito, resultando em diferentes formas de sofrimento psíquico. O estudo, realizado a partir de uma revisão narrativa da literatura, busca compreender as relações entre imigração e saúde mental. Os resultados evidenciam que o processo migratório, por si só, acarreta rupturas e perdas significativas que afetam a vida psíquica dos imigrantes. Os autores ressaltam, ainda, os efeitos das políticas migratórias restritivas, que precarizam a experiência migratória ao torná-la insegura e irregular, limitando o acesso a direitos sociais e contribuindo para a deterioração da saúde mental dos imigrantes. Diante desse cenário, o artigo defende a necessidade de políticas públicas inclusivas e de um acesso adequado aos serviços de saúde mental, como caminho para assegurar dignidade e proteção a essas populações.



O artigo “Percepções de Imigrantes sobre o SUS durante a Pandemia de COVID-19 em Chapecó: Desafios e Resiliência”, de Lucimare Ferraz e Odair Bonacina Arruda, busca compreender como imigrantes residentes em Chapecó-SC avaliaram o acesso à saúde no Brasil, especialmente durante a pandemia de COVID-19, identificando tanto os desafios enfrentados quanto as estratégias de enfrentamento adotadas. A pesquisa utilizou metodologia qualitativa, com entrevistas realizadas junto a seis imigrantes, cujos relatos foram transcritos e analisados por meio da técnica de Análise Temática. Os resultados indicam que, em comparação com os sistemas de saúde de seus países de origem, os imigrantes avaliam positivamente o SUS, destacando sua acessibilidade e qualidade. Contudo, enfrentam dificuldades como barreiras linguísticas, burocracia e a sobrecarga dos serviços. A pandemia intensificou tais desafios, impactando a saúde mental e física, mas também revelou a resiliência e a capacidade de adaptação dessa população. O estudo conclui ressaltando a importância de considerar as especificidades dos imigrantes na formulação de políticas públicas e na organização da atenção em saúde.

O artigo “Paisagem Cultural e Industrialização: O Caso do Bairro Saic em Chapecó, Santa Catarina”, de Luciano Adilio Alves e Jaison Teixeira Lino, examina a interseção entre patrimônio cultural, paisagem cultural e processos de industrialização, tomando como foco a cidade de Chapecó. A análise destaca a trajetória do município, que evoluiu de polo regional a cidade média, em um processo marcado pelo entrelaçamento entre desenvolvimento industrial e transformação da paisagem. O estudo concentra-se no Bairro Saic, onde a instalação de um frigorífico impactou de forma decisiva a economia local, o tecido social e a configuração urbana. Nesse contexto, o patrimônio industrial é compreendido não apenas como estruturas físicas, mas como elementos constitutivos do cotidiano e do legado cultural das comunidades envolvidas. A pesquisa adota uma metodologia abrangente, que combina discussão teórica, análise iconográfica e visitas de campo, permitindo uma leitura aprofundada das mudanças urbanas e socioeconômicas. Os resultados ressaltam a relevância de políticas de conservação voltadas à valorização do patrimônio industrial, fundamentais para a preservação das memórias coletivas e das identidades culturais.

O artigo “Migrações e Violência: Fomento de Espaços Educacionais Não-Formais como Zonas de Aproximação”, de Saulo Cerutti e João Antonio Fiorentin, propõe uma reflexão crítica sobre os dispositivos e alternativas ao controle social aplicados à gestão das migrações forçadas. O texto analisa a figura do migrante em condição de clandestinidade como uma construção social que articula exclusão, subalternidade e silenciamento epistêmico. A partir de referenciais como Spivak, Hall, Bauman, Foucault e da criminologia crítica, os autores discutem como práticas discursivas e



institucionais produzem o “outsider”: sujeito clandestino entendido não apenas como irregularidade jurídica, mas como figura irrepresentável, cuja presença desafia fronteiras morais, políticas e simbólicas do pertencimento nacional. O objetivo central é identificar o papel dos processos educativos não formais na redução de violências e na mitigação do efeito criminalizador. O artigo conclui que essas formas de aprendizagem constituem verdadeiros laboratórios de futuros possíveis, capazes de instaurar novas linguagens de pertencimento baseadas não na assimilação, mas na radicalidade da pluralidade.

O artigo “Português como Língua de Acolhimento para Migrantes e Refugiados em Contextos Institucionais”, de Greice Luane Simon e Rafael Padilha dos Santos, discute o direito de acesso à educação no Brasil e a relevância do ensino de Português como Língua de Acolhimento (PLAc) diante do aumento dos fluxos migratórios internacionais e dos desafios decorrentes desse cenário. O problema central abordado consiste nas barreiras linguísticas e sociais que dificultam a efetivação de direitos fundamentais, em especial o direito à educação, garantido constitucionalmente a todos. O objetivo é analisar a contribuição das aulas de PLAc para migrantes, refugiados e apátridas na superação de desigualdades e na promoção de integração social e cultural. A pesquisa, de caráter bibliográfico e documental, utiliza método indutivo e inclui análise de legislações, artigos científicos e experiências institucionais. Os resultados evidenciam que iniciativas como os projetos de extensão universitária representam práticas inclusivas eficazes, favorecendo a comunicação cotidiana, o acesso a serviços públicos, a inserção no mercado de trabalho e a participação educacional. O artigo conclui que o ensino de português como língua de acolhimento não se limita a uma política linguística, mas constitui, sobretudo, um compromisso ético e social com a dignidade humana e com a construção de uma sociedade plural e democrática.

O artigo “O Fenômeno da Seca e a Migração Rural-Urbana no Nordeste Brasileiro: Uma Realidade Concreta”, de Daiene Luiza Farias Vilar, José Ediglê Alcantara Moura, Irami Rodrigues Monteiro Júnior e Osmar Faustino de Oliveira, analisa a problemática da seca recorrente no Nordeste Brasileiro (NEB) e sua influência direta sobre o processo de migração da população rural para os centros urbanos, especialmente no período entre 1950 e 2010. O objetivo do estudo é compreender de que modo os longos períodos de estiagem impactaram a permanência das populações no meio rural, impulsionando o êxodo em busca de melhores condições de vida. A fundamentação teórico-conceitual mobiliza autores como Suassuna, Silva, Gonçalves e Golgher, que discutem os efeitos da seca e a dinâmica migratória no contexto nordestino. Metodologicamente, a pesquisa se apoia em revisão bibliográfica crítica e análise de dados secundários do IPEA, com foco nos censos



populacionais do período em questão. Os dados foram tratados por meio de estatística descritiva, permitindo evidenciar a transição populacional da zona rural para a urbana. Os resultados apontam uma correlação direta entre os grandes períodos de seca e o aumento da migração definitiva. Mostram, ainda, que a seca, embora natural, adquire caráter social pela ausência de políticas públicas eficazes de convivência com o semiárido.

Por fim, salienta-se que os textos reunidos nesta edição resultam de agendas de pesquisa que vêm sendo desenvolvidas em diferentes regiões do Brasil, refletindo a pluralidade de olhares sobre o fenômeno migratório. Cada artigo contribui de maneira significativa para os debates contemporâneos, seja ao tratar das condições de acolhimento, das questões de gênero, trabalho e saúde, da experiência subjetiva do deslocamento, da proteção jurídica e dos direitos humanos, ou ainda das transformações sociais, culturais e territoriais associadas às migrações. Ao oferecer reflexões teóricas consistentes e análises empíricas detalhadas, esta edição reafirma o compromisso da Revista em promover discussões qualificadas e em fomentar a construção de conhecimento científico voltado a uma sociedade mais justa, inclusiva e plural.

Com essas breves palavras, estendemos a você, leitor, um convite especial para mergulhar na leitura e acompanhar os múltiplos rostos, vozes e experiências que as migrações nos revelam.

